

Ebadi, Shirin (2007), *O Despertar do Irão. Memórias da revolução e da esperança*, Lisboa, Guerra e Paz Editores.

Teresa Maria Leal de Assunção Martinho Toldy
(toldy@ufp.pt)
Universidade Fernando Pessoa

Quer se trate da lendária contadora de histórias Xerazade, protelando a decapitação através da invenção de mil e uma fábulas, ou das poetisas do último século que desafiaram através dos versos a percepção cultural das mulheres, ou de advogadas como eu, que defendem os desamparados em tribunal, as mulheres iranianas, durante séculos, serviram-se das palavras para transformar a realidade (p. 227).

A obra, cuja autora foi galardoada com o Prémio Nobel da Paz em 2003, inscreve-se no registo das memórias. Shirin Ebadi, cujo compromisso com os direitos dos presos de consciência, das mulheres e das crianças no Irão, a levou a receber tão alto galardão, oferece-nos um percurso biográfico que nos permite, simultaneamente, adquirir uma outra visão do seu país, já que evita simplismos e maniqueísmos redutores. De facto, Shirin Ebadi situa-se criticamente não só diante do Irão de Khomeini, como diante do projecto de ocidentalização «forçada» do Xá Reza Pahlavi. Recusa-se a aceitar uma interpretação anquilosada do Corão como rejeita uma crítica do mesmo que assume a perspectiva de que o Islamismo, em si mesmo, é incompatível com os direitos das mulheres. E inscreve essas tensões na sua experiência como jurista. Inevitavelmente, o uso do véu constitui um sinal dos «velamentos» a que as mulheres iranianas foram e são sujeitas, mas também é indício do «drama» subjacente à já referida tentativa forçada de ocidentalização, a que a revolução reagiu violentamente. Logo no primeiro capítulo, sobre a sua adolescência em Teerão, Shirin Ebadi refere-se à sua mãe, dizendo que ela não usava véu, pois pertencia a uma família que não era tão tradicional que exigisse que as mulheres cobrissem o cabelo. Mas menciona igualmente como o afã de Reza Pahlavi em «transformar da noite para o dia, um imenso país de aldeias e camponeses numa nação centralizada, com caminhos-de-ferro e código civil» (p. 25-26) levou o Xá a banir o véu, num aparente pro-

cesso de emancipação feminina face à tradição com o objectivo último de envolver as mulheres das zonas rurais nessa transformação. Shirin Ebadi conclui «Reza Xá foi o primeiro governante iraniano, ainda que não o último, a pôr em prática um programa político – modernização laica e diminuição da influência do clero – na zona limite do corpo da mulher» (*idem*). O livro é, pois, passível de uma leitura a partir desta «zona limite» que as próprias mulheres constituem, no Irão, primeiro de Pahlavi, depois, dos ayathollas, concretamente, esta mulher, situada no fio da navalha, entre uma educação liberal por parte dos pais, à qual se segue um casamento igualmente liberal, isto é, uma experiência familiar marcada pela igualdade de tratamento entre filhos e filhas e, depois, entre marido e mulher; a escolha da profissão de jurista, resultante de um percurso universitário aberto, ainda que inserido num contexto tradicional (que a leva, inclusivamente, a perder «pretendentes», por escolher uma profissão tão «independente» e imprópria para mulheres: «a minha carreira enchia de medo o coração dos homens iranianos», diz Shirin Ebadi – p. 40), e uma progressiva, mas constante pressão e repressão que a leva a ter de abandonar a profissão, reformando-se, quando o exercício da mesma começou a colocá-la na mira dos intérpretes radicais da revolução, instalados no poder, o que acaba por a conduzir à prisão. Tal como muitas outras mulheres que se envolveram, ao longo da história, em mudanças políticas, também Ebadi foi traída pela «revolução que amou». Comentando a revolução de Kohmeini e a forma como o processo evoluiu, com os seus impactos sobre as mulheres, a nossa autora escreve: «Levou apenas um mês para que percebesse que tinha, na verdade, participado de bom grado e entusiasticamente no caminho para a extinção de mim própria. Eu era uma mulher e esta vitória revolucionária exigia a minha derrota» (p. 55). O «sabor amargo da revolução» (aliás, título de um dos capítulos da obra) manifestou-se cerca de um mês depois da mesma, segundo Shirin, reportando-se aos acontecimentos relacionados com a ocupação da Embaixada dos Estados Unidos da América em Teerão. Mas não só: Shirin relata como as transformações regressivas se manifestavam, nesses «tempos estranhos», no quotidiano e nas restrições ao estilo de vida existente até então. De facto, na sua perspectiva, o espaço público torna-se um espaço «carregado de incerteza para as mulheres» (p. 120). Elas nunca sabiam quando o *komiteh* podia prendê-las por não usarem o *hejabi* de uma forma desadequada, o que impunha um clima de terror.

Mas esta limitação do acesso das mulheres ao espaço público traduziu-se também na restrição da prática profissional das mesmas em áreas e sectores tidos, a partir da revolução, como impróprios para as mesmas. Shirin dá o exemplo de uma conversa tida entre juizes, na sua presença, em que os mesmos se referem às mulheres juizas como «desorganizadas, distraídas, desmotivadas» (p. 66). O cerceamento da liberdade das mulheres e a redução das mesmas a seres irrelevantes ou de segunda classe foi, depois, confirmado pela lei: o código penal islâmico adoptado depois da revolução estabelecia que o valor da vida de uma mulher equivalia a metade da vida do homem, bem como o seu depoimento em tribunal.

A mulher era também obrigada a pedir autorização ao seu marido para se divorciar. Segundo Shirin, esse código baseia-se numa interpretação do Corão que remonta ao século VII, época em que apedrejar as mulheres que tinham cometido adultério ou cortar as mãos aos ladrões era considerado uma pena adequada. A desilusão de Shirin Ebadi face a uma revolução que tinha apoiado, por pensar que o Irão seria devolvido aos iranianos e subtraído a uma influência dos Estados Unidos descaracterizante, leva-a a concluir que, na hierarquia de prioridades dos «revolucionários», os direitos das mulheres vinham em último lugar. Por isso, Shirin decide reformar-se: não vê forma de compatibilizar a sua concepção do exercício da profissão e da própria legislação com a ideologia do «novo» regime. Contudo, Shirin Ebadi chama a atenção para a complexidade da situação das mulheres iranianas, já que, por um lado, foi a revolução dos *ayatollahs* que permitiu, até certo ponto, às mulheres das zonas rurais libertar-se de uma educação tradicional – «nos primeiros tempos, o regime islâmico precisou dos votos das mulheres de famílias tradicionais e incitou-as a saírem para as mesas de voto. Se votarem, terão ajudado o Islão, disseram-lhes o clérigo. Isto conferiu às mulheres das famílias tradicionais uma autoconfiança sem precedentes» (p. 122). Contudo, a revolução que permitiu a algumas libertarem-se do jugo patriarcal foi a mesma que impôs a todas as mulheres uma interpretação legislativa do Corão que remontava ao século VII. Isto é, a revolução islâmica deixou a mulher tradicional à mercê, na perspectiva de Shirin, pois proporcionou-lhe «uma nova consciência dos seus direitos» e «apenas ferramentas rudimentares para os promover» (p. 126). Um exemplo claro disto mesmo está no caso das mulheres parlamentares, a quem Shirin dá apoio jurídico na elaboração de propostas legislativas que nunca são discutidas. Mulheres parlamentares com uma sala própria sem quaisquer recursos: sem, sequer, mesas ou cadeiras para se sentarem! O envolvimento da nossa autora e jurista na causa das mulheres e das crianças vítimas de maus-tratos acaba por a levar à prisão, num contexto em que o cárcere poderia significar a eliminação sumária. Uma das passagens mais emotivas do livro poderá ser considerada, eventualmente, aquela em que Shirin reproduz a carta que deixou escrita à família, antes de ser presa, na qual se podia ler: «Meus queridos, no momento em que lerem esta carta, eu já estarei na prisão. Quero assegurar-vos de que vou ficar bem. Serei libertada e sairei ilesa, porque *eu não fiz nada de errado*» (p. 178).

Mas o livro enuncia uma esperança, «à sombra das mudanças» que começam a desenhar-se com a chegada à presidência de Khatami, apesar de esta ter acabado por se revelar mais uma desilusão. Shirin constata a existência de alterações ao quotidiano no sentido de uma maior liberdade. O livro termina com a descrição do momento em que a autora toma conhecimento de que houvera sido galardoada com o Prémio Nobel e dos acontecimentos que se seguiram, que ela atribui ao «poder das palavras escritas» (p. 227), essas palavras que ecoam, na sua perspectiva, também, «a crença numa interpretação positiva do Islão e o poder dessa crença para ajudar os iranianos que aspiram a transformar, pacificamente, o seu país» (p. 221).